



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
REITORIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE APOIO ÀS POLÍTICAS ACADÊMICAS –DAPA
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO ESPECIAL DE
DISCENTES PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
PROCESSO SELETIVO DISCENTE 2022 – EDUCAÇÃO DO CAMPO

ANEXO XI - AUTODECLARAÇÃO INDÍGENA
Recomendação 02/2017/MPF/PR-RO/GABPR3 3º OFÍCIO/6ª CCR

Eu _____, portador dos documentos: CPF.
Nº. _____ e RG nº _____ Órgão Expedidor _____,
residente à Rua: _____,
Bairro: _____ Município: _____ UF: _____
declaro que sou indígena, pertencente à comunidade e/ou povo indígena
_____.

Indicação de indivíduo (s) pertencente (s) à comunidade e/ou povo indígena, relação de parentesco e o fornecimento de dados para contato:

Nome: _____
Relação de parentesco (consanguinidade ou adoção, exceto parentesco por afinidade): _____
Indicação de terra indígena e aldeia em que habita ou endereço urbano ou rural: _____
Número de telefone (opcional): _____

Nome: _____
Relação de parentesco (consanguinidade ou adoção, exceto parentesco por afinidade): _____
Indicação de terra indígena e aldeia em que habita ou endereço urbano ou rural: _____
Número de telefone (opcional): _____

Declaro que as informações prestadas por mim são verdadeiras, pelas quais me responsabilizo, em cumprimento da Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes, ficarei sujeito às sanções prescrita no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis.

_____, _____ de _____ de 2022.
(Cidade/UF)

Assinatura do candidato conforme o RG

*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.